

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

PERCURSO: FERRAMENTA PARA AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Por Mira Lopes

O percurso está definido como modelo estruturante das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/09) e tem sua explicitação no documento Perguntas Frequentes (MDS, 2016). De acordo com a Tipificação, o SCFV é um:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

(BRASIL, 2016, p. 12).

Os percursos devem ser ofertados respeitando os ciclos de vida dos usuários, e tais ciclos são divididos por faixas etárias, da primeira infância à velhice. No entanto, independentemente do ciclo de vida do usuário, há elementos que invariavelmente permeiam sua existência. Considerando essa realidade, o SCFV tem eixos norteadores que objetivam contemplar as especificidades de cada faixa etária. A convivência Social, o Direito de Ser e a Participação são os eixos temáticos comuns a todos os ciclos, os quais servem de bússola para a construção e realização do percurso.



I CONVIVÊNCIA

Por razões inexoráveis à existência humana, as mudanças nas estruturas da convivência foram profundas ao longo da história. O historiador Yuval Harari, em seu livro *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*, cita que os grupos pré-agrícolas, ou seja, aqueles que precederam o modo organizacional estabelecido pela agricultura, existiam em números elevados por territórios, mas em números restritos em suas composições particulares. Isto é, havia muitas tribos, mas as tribos não eram compostas por muitos indivíduos e eram também subdivididas em bandos. Além disso, existiam disputas e estranhamento constante. Afora as relações mais íntimas, raramente se estabeleciam vínculos com estranhos ao bando de pertencimento, tampouco com o território, visto que os caçadores-coletores eram nômades.

Com o advento da agricultura, há 10 mil anos, o humano passa do nomadismo para sedentarismo ao desenvolver a habilidade de cultivar seus alimentos e domesticar alguns animais em lugar de coletá-los em locais específicos e caçá-los, respectivamente. Dada essa marcante transformação, a configuração dos grupos também se transforma. Nesse curso, dá-se início às primeiras ideias de família e comunidade. Inicialmente, ainda em consonância com a lógica caçadora-coletores, o poder é designado naturalmente ao mais forte – fisicamente – de cada grupo. Ainda segundo Harari, é com as transformações organizacionais oriundas no período agrícola, como trocas de alimentos entre grupos, que o poder passa a ser centralizado não apenas no mais forte fisicamente, mas considerando também a capacidade de negociação que a liderança possa ter.

Um bom articulador garante não apenas o alimento do grupo, mas também evita possíveis conflitos belicosos. Nesse último quesito, o humano não obteve tanto êxito – foram necessários milhares de anos para que pudéssemos coexistir sem querer, deliberada e constantemente, eliminar uns aos outros.

“ A relação de confiança e respeito que pode se estabelecer com familiares e a comunidade eleva a potencialidade de articulação, compreensão do mundo e poder de decisão. ”

A sociedade pós-moderna, globalizada e conectada, criou diversos mecanismos de controle de pulsão, oferecendo segurança e gozo. A convivência mundial é pautada por acordos, declarações e protocolos aos quais as grandes nações aderem voluntariamente a fim de manter a paz mundial, o controle de doenças e a tão sonhada qualidade de vida prometida pelo mundo moderno. É ponto pacífico que atualmente, do ponto de vista mundial, vivemos em certa harmonia.

Atualmente, a comunidade global – constituída por muitos países, embora as decisões sejam por poucos determinadas – tem evidentemente outras demandas no que se refere à convivência comparada com as necessidades dos grupos pré-agrícolas e de outras grandes civilizações que compuseram a sinfonia da existência humana.

O que não difere, seja qual for o tempo histórico, é o fato de a convivência ter sua naturalidade do ponto de vista da sobrevivência física e também psíquica. O humano precisa de outro humano não apenas para alimentá-lo desde o nascimento, mas também para conferir a ele sua própria humanidade. Nesse sentido, conviver em pequenos grupos sempre foi familiar à nossa espécie. A habilidade desenvolvida ao longo dos milênios de estabelecer convivência entre pequenos, médios e grandes grupos é o que assegura que hoje tenhamos a possibilidade de coexistir com a ausência de guerras (estruturadas enquanto tal) constantes.

Da maçã coletada no bosque pelos nossos antepassados primatas, passando pela maçã de Eva à maçã caída na cabeça de Isaac Newton, e chegando à maçã da Apple, temos um longo sumário da história da humanidade e, com o devido recorte, da história da convivência.

I A CONVIVÊNCIA E O VÍNCULO NO SUAS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço ofertado pela Proteção Básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social. Um dos caminhos para esse intento é a convivência e o fortalecimento de vínculos com familiares e comunitários (PNAS, 2004, p. 33). Entende-se que a relação de confiança e respeito que pode se estabelecer com familiares e a comunidade eleva a potencialidade de articulação, compreensão do mundo e poder de decisão. Além desse amparo pragmático, há a elevação da saúde emocional advinda das redes afetivas de cuidado, amor

e solidariedade. O resultado é o surgimento de indivíduos e coletivos menos violentos e agressivos, com suas potências destrutivas canalizadas para a superação de obstáculos e intempéries cotidianos.

Como serviço que compõe a Política de Proteção Básica, o SCFV tem em seu escopo a ação contributiva para efetivação da elevação das potências anteriormente mencionadas. É este o serviço de oferta gratuita, destinado a quem dele necessitar, que tem como propósito fomentar a convivência entre pares, intergeracional e familiar-comunitária.



I O PERCURSO NO SCFV

O percurso não é oficina; sua preocupação central não é a perfeição na exibição do objeto final criado, da apresentação feita ou da exposição realizada. Tudo isso é bom e importante, mas não é o eixo fundamental na análise do êxito do percurso. A preciosidade do percurso está no entre, no que cabe entre seu começo e sua conclusão.

O percurso é ordenado com princípio, meio e fim – tal qual um desfile de escola de samba –: tem de ter conjunto, harmonia, enredo, evolução e, claro, fantasia. São as transformações ocorridas dentro que importam; dentro de cada um, dentro do grupo, dentro do SCFV, dentro da família, dentro do território.

A analogia com o desfile de escola de samba não é por acaso – o percurso pressupõe participação. Uma vez definido o tema (enredo), a composição das alas (atividades) só é possível se os participantes acreditarem no processo e entenderem sua importância. Uma diferença estrutural entre o percurso e o desfile é a ausência de competição por parte do segundo. Neste a disputa é simbólica; no final do percurso (desfile) a vitória é de todos. Cada adversidade, trauma, vaidade, desesperança, medo, raiva etc., superado ou ressignificado, representa uma conquista do coletivo. Outra característica própria do percurso é sua adaptabilidade: ele está sujeito a alterações em seu curso em razão das transformações no interior do grupo, além de possíveis fatores externos.

Os eixos norteadores, adaptados por ciclos etários, garantem a expressão das singularidades, da participação a elas correlacionadas e, em consequência, a convivência. Ausentes esses pressupostos, o percurso fica frágil e pouco efetivo. Imagine um desfile em que os componentes não cantem o enredo; não há beleza, não há conjunto, não há harmonia e o mais importante: ele não corresponde ao seu propósito, nem em forma nem em conteúdo.

O percurso emerge de um tema central, definido pela equipe técnica em conjunto com os educadores sociais, sempre considerando a realidade local. Os meios para a definição do tema são diversos: pesquisas (com os usuários ou mesmo em literatura específica), encontros com as famílias, observação de demandas etc.

Falemos então da estrutura organizacional do percurso, sem pretensões de parecer cartilhar, uma vez que as especificidades de or-

dens intersubjetivas e subjetivas daqueles que compõem cada SCFV são únicas e irrepetíveis, mesmo que algumas realidades objetivas possam ser similares.

Há alguns elementos que devem compor o percurso: participação ativa dos usuários, atividades externas, participação da família e exploração do território. A participação dos usuários tem movimento cíclico: proporciona autonomia, que, por sua vez, gera reconhecimento (de si e para si), estimulando a participação. A participação da família dialoga diretamente com a noção de sujeito não isolado, entendendo-o, do ponto de vista intersubjetivo, como aquele que tem em sua constituição os afetos e valores que de perto lhe servem como farol ou espelho. De modo objetivo, proporciona melhor diagnóstico da estrutura de vulnerabilidade em que a família está inserida, facilitando intervenções e encaminhamentos. A exploração do território estimula a noção de pertencimento e possibilita a releitura do lugar, quando observado como objeto de análise e não de mera passagem/deslocamento. Quando se amplia a exploração de outros territórios, com atividades externas em regiões centrais e pontos

“ O percurso é ordenado com princípio, meio e fim. ”

culturais, maximiza-se o entendimento das estruturas sociais nas quais o SCFV está inserido.

Dito isso, a estrutura metodológica do percurso deve reservar ao menos dois encontros para a definição do título do percurso, quinze para sua realização e adequação, um para finalização (culminância) e o último para avaliação final. Podem-se reservar vinte dias entre o início e o fim do percurso, sendo que um deles fica como reserva para eventualidades.

Respeitados os ciclos etários e suas especificidades, a participação ativa dos usuários, as relações entre pares e intergeracionais, a presença e participação da família em suas configurações diversas, a tomada de consciência acerca do território (circundante e estendido) e a valorização da trajetória realizada dentro do percurso, a tendência é a culminância representar esse conjunto. O que quer que seja apresentado como resultado final terá o êxito diretamente relacionado à fidelidade aos pressupostos do percurso.

Mira Lopes é Analista de Projetos Sociais do Departamento de Assistência Social da PAULUS.